



## Ministério Público Estadual



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
**EDUARDO TAVARES MENDES**  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**  
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**LUCIANO CHAGAS DA SILVA**

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
**EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente**  
**ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO**  
**FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS**  
**LUCIANO CHAGAS DA SILVA**  
**LUIZ BARBOSA CARNAÚBA**  
**GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ**  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**  
**LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO**  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**  
**DILMAR LOPES CAMERINO**  
**DENNIS LIMA CALHEIROS**  
**VICENTE FELIX CORREIA**  
**ARTRAN DE PEREIRA MONTE**  
**JOSÉ ARTUR MELO**  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente**  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**  
**GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ**  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
**LUCIANO CHAGAS DA SILVA**  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
**ANTÔNIO JORGE SOBRÉ VALENTIM DE SOUZA**  
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
**SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO**  
DIRETOR DO 1º CAO  
**LUIZ DE A. MEDEIROS FILHO**  
DIRETOR DO 2º CAO  
**GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ**  
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
CHEFE DE GABINETE  
**FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE**  
DIRETOR-GERAL  
**JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA**  
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO  
**IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO**  
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
**JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS**  
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
**CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL**  
DIRETOR DE PESSOAL  
**DILMA ALVES DE QUEIROZ**  
DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA  
**ADRIANO MARQUES RAMOS**  
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA  
**ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA**  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO  
**ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA LINO**



### MP Notícias

Publicação da Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Alagoas Tel.: 2122-3569



#### Palestrante

“A atuação do Ministério Público na defesa dos interesses sociais e promoção da cidadania” foi o tema da palestra do procurador-geral de Justiça, Eduardo Tavares, na instalação da Faculdade CESMAC do Sertão. A solenidade aconteceu, na última quarta-feira, na Casa Museu Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios. A atividade fez parte do I Ciclo Interdisciplinar de Palestras da Faculdade CESMAC do Sertão, que durou toda semana passada com uma série de debates que movimentaram o município.

#### Abrigos

O promotor de Justiça Luiz Medeiros participou de uma reunião com o corregedor-geral de Justiça, desembargador James Magalhães, com o objetivo de averiguar e providenciar ações concernentes aos direitos de menores abandonados, da situação dos abrigados em creches ou instituições similares em Alagoas. No encontro foi alertado pelo promotor sobre a forma que vem sendo conduzido os abrigos em relação ao acompanhamento direto dos abrigados e como são avaliados. Tudo isso motivado a partir da negativa de uma criança que seria adotada por um casal que mora fora do Brasil.

#### CDEMP

A próxima reunião do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público (CDEMP) acontecerá nos dias 14 e 15 de abril, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió. O CDEMP reúne representantes dos MPs de todo o país para discutir temas relacionados aos estudos e ao aperfeiçoamento funcional dos integrantes do MP. A pauta de trabalhos será divulgada na próxima semana. O presidente do colégio, promotor de Justiça do Acre, Danilo Lovisaro do Nascimento, já confirmou presença no evento.

#### Transporte intermunicipal

Os promotores de Justiça Jamily Barbosa, George Sarmento e Cecília Carnaúba, da Fazenda Pública Estadual, ingressaram com Ação Civil Pública contra o Estado de Alagoas e a Agência Reguladora de Serviços Públicos (Arsal), requerendo a realização de licitação do transporte intermunicipal, nas modalidades convencional e complementar, e a contratação dos vencedores, dentro de até 4 meses. A ação também prevê a aplicação de multa diária no valor de mil reais ao gestor que causar atraso ao procedimento.

#### Investigação

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Tavares, designou os promotores Luiz Vasconcelos, do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc), José Carlos Castro, do Núcleo do Patrimônio Público e Cecília Carnaúba, da Fazenda Pública, para em comissão investigar ao lado do promotor Aivaldo Batista as denúncias de corrupção e ameaças aos vereadores de Traipu.



O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES, DESPACHOU, EM 08 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:  
Proc: 965/11.  
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Criminal Não Privativa.  
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.  
Despacho: Defere-se. À DG para as providências cabíveis, em seguida, archive-se.  
Proc: 1.061/11.  
Interessado: Promotoria de Justiça de Anadia.  
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.  
Despacho: Defere-se. À DG para as providências cabíveis, em seguida, archive-se.  
Proc: 1.070/11.  
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente – PRODSID.  
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.  
Despacho: Defere-se. À DG para as providências cabíveis, em seguida, archive-se.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO ROCHA CAVALCANTE JUCÁ, DESPACHOU, NESTA DATA, OS SEGUINTE PROCESSOS:  
Proc: 562/11.  
Interessado: Dra. Stela Valéria S. de Farias Cavalcanti, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerendo designação e passagens aéreas.  
Despacho: Em face da desistência da interessada, manifestada às fls. 05, verso, archive-se.  
Proc: 579/11.  
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.  
Assunto: Requerendo abertura de licitação.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo – Licitação – Modalidade Pregão Presencial – Menor preço por lote - Fase Interna – Contratação de empresa para prestação de serviço de marcenaria, com fabricação e montagem de móveis para o Ministério Público. Necessidade da aquisição. Existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira. Minuta do Edital satisfaz as exigências legais. Pela aprovação da minuta do edital, com ulterior autorização do certame”.

Proc: 1.031/11.  
Interessado: Dra. Adriana Gomes Moreira dos Santos, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerendo providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito da Assessoria Militar desta Procuradoria Geral de Justiça, archive-se.  
Proc: 1.083/11.  
Interessado: Maria Helena Cavalcante Fernandes, Assistente de Promotoria de Justiça.  
Assunto: Requerendo férias.  
Despacho: Defere-se à vista da informação anexa. À DP para anotar, em seguida, archive-se.  
Proc: 1.085/11.  
Interessado: 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.  
Assunto: Encaminhando documentos (cópia da Apelação Cível nº 2010.006485-4).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.  
Proc: 1.094/11  
Interessado: José Adauto Almeida Rocha e outros, vereadores de Anadia.  
Assunto: Encaminhando documentos.  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Anadia, para a adoção das medidas cabíveis, na esfera de suas atribuições legais.

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTE PROCESSOS:  
Proc: 1.092/11  
Interessado: Delegacia Geral de Polícia Civil de Alagoas  
Assunto: Encaminhando documentos.  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Pilar.  
Proc: 1.099/11.  
Interessado: Colônia de Pesca Z-10.  
Assunto: Requerendo providências.  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Coruripe.  
Proc: 1.121/11.  
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.  
Assunto: Encaminhando documentos.  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Maravilha.

Proc: 1.122/11.  
Interessado: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AL.  
Assunto: Encaminhando documentos (cópia do PA nº 5101-2332/2011).  
Despacho: Remetam-se os autos à Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa.  
Proc: 1.123/11.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhando documentos (PI nº 1.11.000.001358/2010-09).  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela.  
Proc: 1.124/11.  
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.  
Assunto: Encaminhando documentos (PI nº 1.11.000.001453/2010-02).  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela.  
Proc: 1.125/11.  
Interessado: Associação Comunitária dos Moradores do Condomínio Morada das Árvores - ASCOMOCCA.  
Assunto: Encaminhando documentos.  
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Fundações.  
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 08 de abril de 2011.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Oficial de Ministério Público/Diretoria Geral

PORTARIA PGJ nº 402 DE 08 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar 15/96, resolve estabelecer a lotação da servidora efetiva CAMILA FREIRE CAVALCANTI VILELA, ocupante do cargo de Oficial de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, no Setor de Protocolo desta Procuradoria Geral de Justiça. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça Substituto

ESTADO DE ALAGOAS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA GERAL

ATO NORMATIVO DG Nº 04/2011

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o servidor abaixo para serem os gestores dos contratos/convênios respectiva:

ANA CRISTINA FORQUEVITZ FERREIRA, Oficiala de Apoio Administrativo, gestora do Convênio de Cooperação Mútua para promover o desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes - Programa Adolescente Cidadão Aprendiz, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e o Serviço de Promoção e Bem-Estar Comunitário - SOPROBEM.

FABRIZIO MALTA OLIVEIRA, Técnico de Manutenção e Informática, gestor do contrato nº 10/2011, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a 3 Giga Tecnologia Ltda.

Maceió, 08 de abril de 2011

JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA  
Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

O DIRETOR DA ESMP-AL, SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, NESTA DATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, os aprovados no 3º Processo Seletivo para o quadro de vagas e formação de cadastro de reserva de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas para assumirem vagas no referido programa, nas respectivas comarcas:

MACEIÓ:

- MARIANGELA PACHECO DA SILVA (100º);  
- RENATA TORRES BARROS BATINGA DE MENDONÇA (101º);  
- CAROLINA GALVAO AZEVEDO (102º);  
- MERCIA MARIA MOREIRA REGO (103º);  
- GABRIEL YURI GOMES DOS SANTOS ROCHA (104º);  
- MARIANA DA COSTA COLATINO (105º);  
- ANNY LARRYDINE DE LIMA NEPOMUCENO (106º);  
- GILBERTO COTRIM DE MACEDO (107º);  
- LEA JORDAO DE AMORIM DINIZ (108º);  
- THYSSIA KAREN DOS SANTOS CANDIDO (109º).

INFORMA, ainda, que os convocados deverão comparecer à Escola Superior do Ministério Público de Alagoas, no endereço Rua Humberto Mendes, nº 636 (acesso pelo portão da rua lateral do prédio), 1º andar, Bairro Poço – Maceió-AL, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a partir desta data, sob pena de perda da respectiva vaga, munidos da seguinte documentação obrigatória:

a) Documento oficial de identidade e CPF (original e cópia);

b) Comprovante de residência (original e cópia);

c) Título de eleitor com comprovante da última votação (original e cópia) ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;

d) Carteira de reservista (original e cópia);

e) Certidão de nascimento ou de Casamento (original e cópia);

f) 03 (três) fotos 3x4;

g) 02 (duas) vias da Declaração de vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequenta um dos dois últimos anos do curso de Direito;

h) 02 (duas) vias do Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado fornecido pela faculdade;

i) 02 (duas) vias da Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça;

j) 02 (duas) vias da Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP nº 42/2009, de 26/06/2009;

k) Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;

l) Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió, 8 de abril de 2011.

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá  
Procurador de Justiça  
Diretor da ESMP-AL

Melba Cândida Evaristo de Oliveira e Silva  
Oficiala de Apoio Administrativo da ESMP-AL

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas  
Conselho Superior do Ministério Público

A Secretária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, torna pública as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas, dos seguintes processos:

1º – Processo PGJ nº 647/2011

Origem: Promotoria de Justiça de Pilar

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

2º – Processo PGJ nº 2961/2010

Origem: Promotoria de Justiça de Pilar

Interessado: Sindicato dos Guardas Civis

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

3º – Processo PGJ nº 22/2010

Origem: Promotoria Coletiva da Fazenda Municipal

Interessada: Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

4º – Processo PGJ nº 240/10

Origem: 3º Cargo da Promotoria Coletiva da Fazenda Estadual

Interessado: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte SSE-AL

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

5º – Processo PGJ nº 02/2010

Origem: Prodsid- Promotoria de Justiça Coletiva de Defesa da Saúde e do Idoso

Interessado: Luiz Batista de Alencar

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

6º – Processo PGJ nº 06/2010

Origem: Promotoria Coletiva de Defesa da Saúde e do Idoso

Interessada: Neuza Ramalho da Silva

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

7º – Processo PGJ nº 2091/2009

Origem: Promotoria Coletiva da Fazenda Municipal

Interessada: Anônima

Assunto: Reexame de arquivamento

8º – Processo PGJ nº 251/2011

Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente

Interessado: Manoel Afrânio R. dos Santos

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

9º – Processo PGJ nº 396/2011

Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente

Interessado: Jubrante Petruceli

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

10º – Processo PGJ nº 1654/2010

Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Meio ambiente

Interessado: José Fábio dos Santos Baltazar

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

11º – Processo IC nº 000001.2001.19.000/8

Origem: Promotoria Justiça de Piaçabuçu

Interessado: Maria Edite dos Santos e outra

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

12º – Processo PGJ nº 23/2009

Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor

Interessado: Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

13º - Processo PGJ nº 87/2010

Origem: Promotoria Coletiva da Defesa do Consumidor

Interessado: Clariza Maria dos Santos

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

14º - Processo PGJ nº 07/2011

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal

Interessado: Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral/Al

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

15º – Processo 002/10

Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera-Al

Interessado: Ministério Público de Alagoas

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

16º – Processo PGJ nº 003/2011

Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera -Al

Interessada: Ministério Público Estadual

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

17º – Processo PGJ nº 38/2011

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio ambiente da Capital

Interessado: Moradores dos Edifícios Pallazio Imperia e outros

Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento

18º – Processo PGJ nº 28/10

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessada: Procuradoria da República em Alagoas

Assunto: ação de Reexame de Manifestação de Arquivamento

19º – Processo PGJ nº 01/2010

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessada: Yana Lopes Severiano de Lima

Assunto: Reexame de manifestação de arquivamento

20º – Processo PGJ nº 13/10

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessada: Waldyra Lechatenbohmer Nobre

Assunto: Reexame de arquivamento

21º – Processo PGJ nº 041/2008

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessado: Vanuzia Lins de Oliveira

Assunto: Reexame de arquivamento

22º – Processo PGJ nº 36/2008

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessado: Ebdenis Prudêncio da Silva

Assunto: Reexame de arquivamento

23º – Processo PGJ nº 69/2010

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessado: Carlos Alberto da Silva

Assunto: Reexame de arquivamento

24º – Processo PGJ nº 22/2010

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessado: Paulo Deraldo Lacerda dos Santos

Assunto: Reexame de arquivamento

25º - Processo PGJ nº 19/2009

Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessada: Procuradoria da República no Estado de Alagoas

Assunto: Reexame de manifestação de arquivamento



26º- Processo PGJ nº- 25/2008  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessados: Moradores das Ruas dona Algira Aguiar e outras  
Assunto : Reexame de Manifestação de arquivamentos  
27º- 002/2008  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado:Ministério Público  
Assunto : Reexame de manifestação de arquivamentos  
28º- Processo PGJ nº 19/2010  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado: Marco Antônio Matos Peixoto  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
Cumpra-nos informar que os autos do processo acima listado estão à disposição dos interessados para, querendo, ofertar impugnação, no prazo de 10 dias, apresentando razões escritas ou documentos, conforme o comando do artigo 172 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas.  
Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 07 de abril de 2011.

Sidrack José do Nascimento  
Promotor de Justiça-Secretário

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas  
Conselho Superior do Ministério Público

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, torna pública as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas, dos seguintes processos:  
1º – Processo PGJ nº 647/2011  
Origem: Promotoria de Justiça de Pilar  
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
2º – Processo PGJ nº 2961/2010  
Origem: Promotoria de Justiça de Pilar  
Interessado: Sindicato dos Guardas Civis  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
3º – Processo PGJ nº 22/2010  
Origem: Promotoria Coletiva da Fazenda Municipal  
Interessada: Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
4º – Processo PGJ nº 240/10  
Origem: 3º Cargo da Promotoria Coletiva da Fazenda Estadual  
Interessado: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte SSE-AL  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
5º – Processo PGJ nº 02/2010  
Origem: Prodsid- Promotoria de Justiça Coletiva de Defesa da Saúde e do Idoso  
Interessado: Luiz Batista de Alencar  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
6º – Processo PGJ nº 06/2010  
Origem: Promotoria Coletiva de Defesa da Saúde e do Idoso  
Interessada: Neuza Ramalho da Silva  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
7º – Processo PGJ nº 2091/2009  
Origem: Promotoria Coletiva da Fazenda Municipal  
Interessada: Anônima  
Assunto: Reexame de arquivamento  
8º – Processo PGJ nº 251/2011  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente  
Interessado: Manoel Afrânio R. dos Santos  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
9º – Processo PGJ nº 396/2011  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente  
Interessado: Jubrant Petruceli  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
10º – Processo PGJ nº 1654/2010  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente  
Interessado: José Fábio dos Santos Baltazar  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
11º – Processo IC nº 000001.2001.19.000/8  
Origem: Promotoria Justiça de Piaçabuçu  
Interessado: Maria Edite dos Santos e outra  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
12º – Processo PGJ nº 23/2009  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor  
Interessado: Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
13º- Processo PGJ nº 87/2010  
Origem: Promotoria Coletiva da Defesa do Consumidor  
Interessado: Clariza Maria dos Santos  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
14º- Processo PGJ nº 07/2011  
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal  
Interessado: Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral/AL  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
15º – Processo 002/10  
Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera-AL  
Interessado: Ministério Público Estadual  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
17º – Processo PGJ nº 38/2011  
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio ambiente da Capital  
Interessado: Moradores dos Edifícios Pallazio Imperia e outros  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
18º – Processo PGJ nº 28/10  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor

Interessada: Procuradoria da República em Alagoas  
Assunto: ação de Reexame de Manifestação de Arquivamento  
19º – Processo PGJ nº 01/2010  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessada: Yana Lopes Severiano de Lima  
Assunto: Reexame de manifestação de arquivamento  
20º – Processo PGJ nº 13/10  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessada: Waldyra Lechatenbohmer Nobre  
Assunto: Reexame de arquivamento  
21º – Processo PGJ nº 041/2008  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado: Vanuzia Lins de Oliveira  
Assunto: Reexame de arquivamento  
22º – Processo PGJ nº 36/2008  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado: Ebdenis Prudêncio da Silva  
Assunto: Reexame de arquivamento  
23º – Processo PGJ nº 69/2010  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado: Carlos Alberto da Silva  
Assunto: Reexame de arquivamento  
24º – Processo PGJ nº 22/2010  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado: Paulo Deraldo Lacerda dos Santos  
Assunto: Reexame de arquivamento  
25º- Processo PGJ nº 19/2009  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessada: Procuradoria da República no Estado de Alagoas  
Assunto: Reexame de manifestação de arquivamento  
26º- Processo PGJ nº- 25/2008  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessados: Moradores das Ruas dona Algira Aguiar e outras  
Assunto : Reexame de Manifestação de arquivamentos  
27º- PA nº 002/2008  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado:Ministério Público  
Assunto : Reexame de manifestação de arquivamentos  
28º- Processo PGJ nº 19/2010  
Origem: Promotoria Coletiva Especializada do Consumidor  
Interessado: Marco Antônio Matos Peixoto  
Assunto: Reexame de Manifestação de Arquivamento  
Cumpra-nos informar que os autos do processo acima listado estão à disposição dos interessados para, querendo, ofertar impugnação, no prazo de 10 dias, apresentando razões escritas ou documentos, conforme o comando do artigo 172 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas.  
Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 07 de abril de 2011.

Sidrack José do Nascimento  
Promotor de Justiça-Secretário

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA  
ESPECIALIZADA DE DEFESA DA SAÚDE, DO IDOSO  
E DO DEFICIENTE -PRODSID  
Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL  
CEP 57.025-400. Tel. (82)2122-3707/3709 e-mail:  
sauderwmp.al.gov.br

PORTARIA PRODSID Nº 04/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por mero da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente - PRÜDSID, tendo em vista as notícias veiculadas pela imprensa no sentido de que uma infecção por bactéria estaria acometendo pacientes no Hospital Geral do Estado e no Hospital Universitário, tendo neste último, inclusive, causado mortes, e;

Considerando que:

a Constituição Federal tem a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos em que se alicerça;  
a Constituição Federal elige a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

a Constituição Federal, em seus arts. 127 e 129, II, combinado com a Constituição do Estado de Alagoas, em seus arts. 142 e 187, estabelecem que o Ministério Público é instituição incumbida da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, sendo as ações e serviços de saúde qualificados, pelo art. 197, da Carta Magna, como de relevância pública;

a Lei nº 8.080/90 dispõe que a saúde é direito fundamental do ser humano, reputando ser dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, mediante formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, prescrevendo, ainda, em seu art. 6º:

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):  
I - a execução de ações:

a) de Vigilância Sanitária;  
(...)

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de

intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

(...)  
II- o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

foi veiculada na imprensa a notícia de que teriam ocorrido mortes de pacientes no Hospital Universitário em razão de infecção por uma bactéria denominada *Acinetobacter Baumannii*, fato que estaria levando a direção do hospital a cogitar o fechamento da referida unidade de saúde;

ainda segundo os fatos narrados pela mídia, a direção do Hospital Universitário teria explicado que dois pacientes acometidos da mencionada bactéria teriam contraído a infecção no Hospital Geral do Estado Professor Osvaldo Brandão Vilela;

em decorrência da problemática mencionada, a Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas divulgou nota oficial informando ter determinado a realização de minuciosa investigação do caso, encaminhando técnicos do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde - CIEVS ao Hospital Universitário e acionando a comissão interna de infecção hospitalar do Hospital Geral do Estado, devendo designar, ainda, técnicos das Vigilâncias Sanitárias do Estado e do Município de Maceió para realizarem inspeção nos hospitais mencionados;

existe a necessidade de se proceder à apuração dos fatos narrados e ao acompanhamento das providências adotadas a respeito;

RESOLVE:

Com espeque no art. 1º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

INOUEÍTO CIVIL Nº 02 /2011,

promovendo as diligências necessárias à complementação das informações, passando a adotar, preliminarmente, as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Inquéritos Cíveis;

2 - comunicação da instauração da presente portaria, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, consoante o que determina o art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ;

3 - encaminhar ofício ao Secretário de Saúde do Estado de Alagoas informando acerca da instauração do Inquérito Civil nº 02/2011, com remessa de cópia da presente portaria de instauração do mesmo, assim como solicitando informações acerca de todas as providências adotadas pela SESAU a respeito do problema em comento, acompanhadas de relatório do CIEVS, da Vigilância Sanitária e de outros órgãos que estejam envolvidos no deslinde do caso;

4 - encaminhar ofício à direção do Hospital Universitário e à direção do Hospital Geral do Estado solicitando relatório circunstanciado acerca das providências adotadas com o escopo de debelar os riscos de infecção pela bactéria *Acinetobacter Baumannii*.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador -Geral de Justiça solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do Art. 7º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Cumpra-se.

Maceió, 04 de abril de 2011.

MICHELINE LAURINDO SILVEIRA DOS ANJOS  
Promotora de Justiça Titular do 2º Cargo da PRODSID

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA CRIMINAL  
DE ATRIBUIÇÃO NÃO PRIVATIVA - PJCCANP

A Coordenadora da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, Promotora de Justiça Dra. Marília Cerqueira Lima, distribuiu os processos que ora tramitam no núcleo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital:

PROMOTOR: ELÍCIO ÂNGELO DE AMO RIM MURTA  
PROCESSO: PGJ - 719/2011  
INTERESSADO: Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná  
ASSUNTO: Auto de qualificação

PROMOTOR: ELÍCIO ÂNGELO DE AMORIM MURTA  
PROCESSO: 07/2011/PJCCANP  
INTERESSADO: Quitéria Silva Santos  
ASSUNTO: Reclamação Atendimento Médico

PROMOTOR: ELÍCIO ÂNGELO DE AMO RIM MURTA  
PROCESSO: 08/2011 - PJCCANP  
INTERESSADO: Nelson Francisco de Oliveira  
ASSUNTO: Possível ocorrência de erro médico

PROMOTOR: ELÍCIO ÂNGELO DE AMORIM MURTA  
PROCESSO: 10/2011 - PJCCANP  
INTERESSADO: Superintendência da Receita Estadual  
ASSUNTO: Encaminhando cópia de documentos

PROMOTOR: MARILIA CERQUEIRA LIMA  
PROCESSO: 09/2011 - PJCCANP  
INTERESSADO: PRODSID  
ASSUNTO: Pedindo Providências

PROMOTOR: MARILIA CERQUEIRA LIMA  
PROCESSO: PGJ - 729/2011  
INTERESSADO: Juízo de direito da 63 vara cível da capital  
ASSUNTO: Requerendo providências

PROMOTOR: MARILIA CERQUEIRA LIMA  
PROCESSO: PGJ - 2763/2010  
INTERESSADO: Procuradoria da República em Alagoas  
ASSUNTO: Peças de Informação  
Maceió AL, 30 de março de 2011.

MARILIA CERQUEIRA LIMA  
Promotora de Justiça / Coordenadora da PJCCANP

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
Promotoria de Justiça da Anadia

PORTARIA nº. PAP/PJAI00212011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça abaixo firmado, com fundamento nos preceitos contidos nos Arts. 127 e 129, incisos II e III, ambos, da Constituição Federal, no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como nos arts. 25, inciso IV, alínea “a”, e 26, incisos I, alíneas “b” e “c”, ambos, da Lei nº 8.625/93,

CONSIDERANDO as notícias trazidas a este Órgão Ministerial de que, no Município de Anadia, estão faltando medicamentos componentes da farmácia básica e que seriam de responsabilidade do referido ente federativo, bem como de outras irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que, se verdadeiros forem os fatos relatados na supracitada denúncia, estes caracterizam os atos de improbidade administrativa tipificados pelo art. 11, *caput*, da Lei nº. 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a promoção de Inquéritos Cíveis e de procedimentos administrativos pertinentes para instruí-los, em defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, a teor dos preceitos contidos no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, no art. 26, inciso I, da Lei nº. 8.625/93, bem como no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº. 15/96,

RESOLVE:

INSTAURAR o presente Procedimento Administrativo Preliminar, com fundamento nos arts. 127 e 129, incisos I e 111, ambos, da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como nos arts. 25, inciso IV, alínea “a”, e 26, incisos I, alíneas “b” e “c”, ambos, da Lei nº 8.625/93, a fim de prosseguir nas investigações, promovendo a colheita de informações, depoimentos, certidões, exames periciais, etc..., razão pela qual determina, de imediato, as seguintes providências:

a) Autuação e registro desta Portaria no Livro de Registros de Procedimentos Administrativos;

b) Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado;

c) Expedição dos ofícios necessários;

d) Realização das inspeções necessárias;

e) Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Anadia/AL, 21 de março de 2011.

MAURÍCIO WANDERLEY  
Promotor de Justiça

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 05/2011

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
CONTRATADA: ÁGUAS MINERAIS DO NORDESTE LTDA  
DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto: a alteração na Cláusula Primeira do Contrato originário de fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis, fabricados em embalagem de polipropileno, com capacidade para 20 (vinte) litros, nº 05/2011, com o aumento do quantitativo de botijões utilizados no regime de comodato, passando de 20 (vinte) para 35 (trinta e cinco) unidades de garrafas; e alteração da Cláusula Quinta, item 5.2, com a inclusão da entrega de garrafas no prédio Blue Tower Empresarial, onde estão instaladas algumas Promotorias da Capital.  
DO ADITIVO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.  
DATA DA ASSINATURA: 30 de março de 2011.  
SIGNATÁRIOS: Eduardo Tavares Mendes (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Alexandre José de Moura Lima (Contratada).